

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

Edição nº 1553

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....4

Concursos Públicos.....5

Editais.....7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....7

CORREGEDORIA GERAL

Comunicado.....10

ANELISE

VOLKWEIS:58038000072

Digitally signed by ANELISE VOLKWEIS:58038000072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou=RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Certisign, cn=ANELISE VOLKWEIS:58038000072
Date: 2014.11.12 09:08:42 -02'00'



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 649/2014 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA IVORY COELHO NETO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo AT.00776.00182/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Promotor de Justiça,

Secretário-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA N.º 350/14-PF

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O PROCURADOR DE FUNDAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil; 1.203 do Código de Processo Civil e 19, inciso II, alínea “a”, da Lei Estadual n.º 7.669/82 – Lei Orgânica do Ministério Público, c/c os artigos 2º, § 1.º; 10 e 26 do Provimento nº 72/2008, desta Procuradoria-Geral de Justiça, **APROVA** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FECA** (antiga FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MENOR DE PASSO FUNDO), com sede em Passo Fundo, RS, em 26 de setembro de 2013 e consolidada em 06 de junho de 2014, bem como formalizada em Escritura Pública de Alteração de Estatuto lavrada no 1º Tabelionato de Notas de Passo Fundo em 09 de junho de 2014 (Livro 0133 – Contratos, fls. 178/182), em conformidade com o que consta no PR.00821.00013/2013-1 e no PR.00031.00919/2014-3, juntados no PR.00031.01155/2012-7 (Procedimento Administrativo Permanente Estatuto – Exame Prévio, Aprovação, Alteração, Extinção).

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2014.

ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,

Procurador de Fundações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 534/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 01 de novembro de 2014, a servidora RÚBIA ABS DA CRUZ, ID N.º 3545997, do Cargo em Comissão de Assessor Superior II, CC-10, deste órgão (Port. 4270/2014).

DESIGNAR

- a contar de 24 de outubro de 2014, o servidor NILSON JOSÉ FRAMARIN, Adido Brigada Militar, ID n.º 2387387, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 4258/2014).

- a contar de 24 de outubro de 2014, o servidor ROGÉRIO FURTADO GONÇALVES, Adido Brigada Militar, ID n.º 2289342, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 4259/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 22/10/2014, no cargo de Secretário de Diligências, Classe “M”, MAUREN SPIER GOMES, tendo entrado em exercício em 11/11/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 2182-09.00/13-6 TOMADA DE PREÇOS N.º 04/13

CONTRATADA: COENGE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.; **OBJETO:** acréscimo e supressão, ao objeto do ajuste, de materiais e serviços, resultando no acréscimo, ao preço total do ajuste, da quantia de R\$ 20.682,99; retificação da cláusula segunda do 2º termo aditivo ao Contrato de Obra e Serviços de Engenharia – AJDG n.º 87/13, para fazer constar que a prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 02 (dois) meses, é a contar de 22 de outubro de 2014 e não como constou; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 02 (dois) meses, a contar de 22 de dezembro de 2014; prorrogação do período de vigência do ajuste, por 02 (dois) meses, a contar de 10 de maio de 2015; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas; reajustar, a contar de 09 de agosto de 2014, o valor



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

de R\$ 379.278,77, com base na variação da FGV, coluna 35 - Edificações, dos últimos 12 (doze) meses, cujo índice é de 7,52%, resultando na quantia de R\$ 28.521,76; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inciso I, "a" e "b" e § 1º e 57, § 1º, inciso I e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 2464-09.00/14-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 69/14

CONTRATADA: PSWS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA; **OBJETO:** aquisição de microcomputadores portáteis (notebooks), abaixo discriminado, em observância às especificações do Edital e da proposta apresentada no processo licitatório, como segue:

Item	Qtd.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit.
1	50	Microcomputadores portáteis notebook, similar aos ultrabooks, com tela de 14"	HP Elite Book 745G2	R\$ 3.414,00

VALOR TOTAL: R\$ 170.700,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5228. **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.ºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.ºs 33/08, 47/05 e 54/02, pela Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais n.ºs 8.666/93 e 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 3921-09.00/13-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 96/13

CONTRATADA: MOVELEIRA TAPEJARA LTDA.; **OBJETO:** aquisição do mobiliário abaixo descrito, conforme especificações constantes dos Anexos I e III do Edital, como segue:

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
01	01	MA1 - mesa angular 1	Tapejara	212	R\$ 1.831,95
01	02	MA1C - mesa angular 1 c/chanfro	Tapejara	25	R\$ 1.831,95
01	03	MA2 - mesa angular	Tapejara	37	R\$ 2.173,50
01	04	MR1 - mesa retangular 1	Tapejara	150	R\$ 703,80
01	05	MR2 - mesa retangular 2	Tapejara	6	R\$ 900,45
01	06	MR3 - mesa retangular 3	Tapejara	50	R\$ 917,87
01	07	MR4 - mesa retangular 4	Tapejara	12	R\$ 1.097,10
01	08	MR5 - mesa retangular 5	Tapejara	25	R\$ 734,85
01	11	PR2 - painel de resguardo 2	Tapejara	25	R\$ 548,55
01	12	GV1 - gaveteiro volante 1	Tapejara	225	R\$ 848,70
01	13	GV2 - gaveteiro volante 2	Tapejara	37	R\$ 952,20
01	14	GF1 - gaveteiro fixo	Tapejara	87	R\$ 910,80
01	15	AB1 - armário baixo 1	Tapejara	37	R\$ 1.148,85
01	16	AB2 - armário baixo 2	Tapejara	6	R\$ 1.200,60
01	17	AM - armário médio	Tapejara	11	R\$ 1.397,25



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

01	18	AA - armário alto	Tapejara	30	R\$ 2.214,90
01	19	AE - armário estante	Tapejara	90	R\$ 2.183,85
01	20	EB - estante baixa	Tapejara	18	R\$ 1.179,90
01	21	EE - estante com 15 escaninhos	Tapejara	40	R\$ 1.873,35
01	22	MRR – mesa de reunião – redonda – diâmetro 120cm	Tapejara	10	R\$ 952,20
01	23	MR-4P - mesa reuniões para 04 pessoas	Tapejara	5	R\$ 952,20
01	24	MR-8P - mesa reuniões para 08 pessoas	Tapejara	8	R\$ 2.101,05
01	25	MR-10P - mesa reuniões para 10 pessoas	Tapejara	5	R\$ 2.245,95
01	26	MR-14P - mesa reuniões para 14 pessoas	Tapejara	5	R\$ 2.691,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.502.159,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.52/5214. **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nº 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO N.º 1647-09.00/13-6

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 126/13, firmado com Brozauto Veículos e Peças Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículo automotor, para fazer constar que, em atenção ao disposto na cláusula terceira, item 3.8, do contrato, o valor da hora trabalhada, reajustado, a contar de 27 de setembro de 2014, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 4,89%, passa a R\$ 94,40 (noventa e quatro reais e quarenta centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 10 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO N.º 2943-09.00/11-0

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (exceto baterias), e programação de centrais telefônicas, para fazer constar que o preço mensal dos serviços prestados, reajustado, a contar de 13 de outubro de 2014, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 2,9460%, em atenção ao disposto na cláusula terceira, item 3.9 do ajuste, passa a ser de R\$ 1.815,22 (um mil, oitocentos e quinze reais e vinte e dois centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de republicação de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 83/2014 (Processo nº 2743-09.00/14-9) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Registro de preços de aparelhos telefônicos analógicos, de mesa, sem fio, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Motivação:** Alteração da redação do item 3 do Anexo II - Termo de Referência- do Edital **Data e horário de abertura das propostas:** 27/11/2014, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 28/11/2014, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

Aviso de abertura de Pregões Eletrônicos

(01) Pregão Eletrônico n.º 96/2014 (Processo nº 2932-09.00/14-0) **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** Registro de Preços para aquisição de material de limpeza, higiene, copa e cozinha, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 25/11/2014, às 9 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 26/11/2014, às 14 horas.

(02) Pregão Eletrônico n.º 97/2014 (Processo nº 2916-09.00/14-8) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de iluminação arquitetural, com locação de equipamentos, para o Palácio do Ministério Público durante a realização do evento Natal, de 05 de dezembro de 2014 a 06 de janeiro de 2015, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos.

Data e horário de abertura das propostas: 25/11/2014, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 25/11/2014, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **MÉDICO CLÍNICO-GERAL**, CLASSE "R", DO QUADRO DE
PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 494/2014

RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA DE TÍTULOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Médico Clínico-Geral, Classe "R", a que se refere o Edital nº 206/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul de 14 de maio de 2014, **RESOLVE:**

- I. **DIVULGAR**, no Anexo Único deste edital, o resultado provisório da prova de títulos, conforme segue:
 - A) Lista de classificação geral, nela integrando os candidatos com deficiência e os negros e pardos;
 - B) Lista de classificação especial, para candidatos com deficiência;
 - C) Lista de classificação especial, para candidatos negros e pardos.
- II. **COMUNICAR** que as avaliações da prova de títulos estarão disponíveis para consulta no sítio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos/accounts/login/?next=/concursos/>), a partir do dia 12/11/2014;
- III. **ABRIR PRAZO** para interposição de recurso quanto à avaliação dos títulos, nos seguintes termos:
 - a) Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente através da internet. Para tanto, o candidato deverá acessar seu cadastro no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos/accounts/login/?next=/concursos/>), selecionar a opção correspondente à INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas;
 - b) O período para interposição de recursos é das **09h00min do dia 14/11/2014 até as 17h00min do dia 18/11/2014**;
 - c) O recurso interposto está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres;
 - d) Havendo necessidade de entrega de documento(s) complementar(es), este(s) deverá(ão) ser entregue(s) pessoalmente na Unidade de Concursos Públicos (Rua General Andrade Neves, nº 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre – RS) em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período informado no item B deste Capítulo;
 - e) A entrega de documentação complementar, nos termos do item anterior, não dispensa a interposição de recurso na forma do item A deste Capítulo;



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

- f) A entrega de documentação complementar feita por procurador, com poderes e finalidade específicos, somente será aceita se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato (não necessitando autenticação em cartório) e da cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato;
- g) Não serão conhecidos os recursos interpostos por via postal, fac-símile (fax), telegrama ou e-mail ou em desacordo com qualquer das especificações estabelecidas neste Edital e no Capítulo XIII do Edital nº 206/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de novembro de 2014.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Presidente da Comissão de Concurso.

ANEXO ÚNICO

RESULTADO PROVISÓRIO DA PROVA DE TÍTULOS

A) LISTA DE CLASSIFICAÇÃO GERAL, NELA INTEGRANDO OS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E OS NEGROS E PARDOS:

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA
ADRIANA UBIRAJARA SILVA PETRY	52792	4,0
ALINE SCHERER BECKER	52753	9,0
BRUNO MUSSOI DE MACEDO	52831	1,0
CAIO ARTHUR WAGNER MATZENBACHER	52819	-
CARINE BREMM TAJES	52751	-
EDUARDO SCHMIDT RIZZON	52813	5,0
GUSTAVO FREB POLENZ	52835	1,0
JAIME DIAS RODRIGUES JUNIOR	52817	-
JOÃO PEDRO PIZZATO SIDOU	52796	4,0
JULIANA DIAS PEREIRA DOS SANTOS	52833	9,0
MARIANA DA SILVA	52749	7,0
MAURICIO DE QUADROS	52821	8,0
MILTON HUMBERTO SCHANES DOS SANTOS	52771	8,0
PABLO MELLO RODRIGUES	52861	1,0
PEDRO LOMBARDI BERIA	52747	-
REGINA SCHWERZ MICHEL	52748	7,0
RODRIGO CRESPO NUNES	52788	1,0
VILMAR FONTANIVE JUNIOR	52851	-
YINDRIANA LAGUNA RODRIGUEZ	52773	-

B) LISTA DE CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL, PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA:
Não houve candidato inscrito.

C) LISTA DE CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL, PARA CANDIDATOS NEGROS E PARDOS:
Não houve candidato habilitado.



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

EDITAL N.º 498/2014 REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urff/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 13/2014 - CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

IC 00740.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Senior das Tulipas.

IC 00740.00008/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Geriatria Confraria da Inésia.

IC 00740.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da ILPI Geriatria Recanto das Flores.

IC 00740.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Canoas, por Marcelo Dossena Lopes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento dos Centros de Atendimento Psicossocial estabelecidos em Canoas.

IC 00790.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Herval, por Cristiane Maria Scholl Levien, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no programa Bolsa Família, no município.

PI 01128.00156/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar questões relativas ao Relatório de Gestão do

1º Quadrimestre da Secretaria Municipal de Saúde.

PI 01128.00040/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar eventual fechamento do PSF Sem Domicílio, localizado no Centro de Saúde Santa Marta.

PI 01128.00067/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de monitorar a situação da população de rua em Porto Alegre, no período do evento: Copa do Mundo FIFA 2014.

Portaria de Conversão do IC 01128.00219/2011 instaurada na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar relação de consultas/reconsultas, prazos e exames para pacientes neurológicos crônicos; a quantidade de medicamento (tempo de tratamento que é dispensado pelo SUS nos termos da Instrução Normativa nº 004/2007 X Portaria nº 344/1998, art. 59, ANS/MS) em comparação com o tratamento prescrito pelo médico assistente.

PI 01128.00057/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar as regras adotadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição – GHC – para a distribuição do medicamento Metotrexato.

PI 01128.00058/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar as razões da demanda reprimida para a realização de cirurgia plástica, não estética, pelo SUS.

Portaria de Conversão do IC 01128.00069/2012 instaurada na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar possível mau funcionamento, higiene, condições e maus tratos por parte de funcionários do Albergue Municipal de Porto Alegre a moradores de rua.

IC 01128.00155/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades na Estética Kalimera – South Estética.

Portaria de Conversão do IC 01128.00157/2012 instaurada na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a proposta orçamentária do Estado para a Saúde no ano de 2013.

PI 01128.00181/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar o Sistema de Regulação Estadual que, segundo concluiu o Relatório de Auditoria Médica Analítica nº 690/2012, realizada pela Coordenação de Auditoria Médica Estadual (CAME), não estaria sendo executado de forma efetiva e planejada pelas coordenadorias, necessitando de maior controle.



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

PI 01128.00182/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar suposta falta de médicos para atendimento no PAM 3 (Vila dos Comerciantes).

PI 01128.00184/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar supostas irregularidades no estabelecimento Clínica de Medicina Integrada Dra. Carla Finocchiaro/Clínica Integrada de Medicina Preventiva.

PI 01128.00010/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar o atendimento prestado aos usuários do SUS na UBS Diretor Pestana.

PI 01128.00013/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar supostas irregularidades apontadas no Relatório sobre a Política de Laboratórios de Análises Clínicas desenvolvida pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre.

PI 01128.00017/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a situação do Posto de Saúde da Família – Esmeralda.

IC 01217.00023/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execuções Criminais de Porto Alegre, por Mariangela Renner Bossle, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a falta de cozinha dietética no Presídio Central de Porto Alegre.

IC 01217.00024/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execuções Criminais de Porto Alegre, por Mariangela Renner Bossle, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a continuidade do tratamento dos apenados nos regimes aberto e semi aberto na rede pública de saúde.

IC 00853.00034/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Rio Grande, por Érico Rezende Russo, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar situação do Pensionato Cantinho do Vovô.

PI 00864.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Maurício Trevisan, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a possível insuficiência de recursos humanos na prestação de serviço público essencial na área da saúde, mais especificamente psiquiatria, na rede pública municipal de Santa Maria.

IC 00873.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, por Júlio César Maggio Stürmer, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível deficiência no serviço prestado pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, do município.

IC 00891.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a denúncia de graves problemas na Central Municipal de Marcação de Consultas do município.

IC 00915.00084/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Antonio Metzger Képes, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar denúncia de que a empresa de ônibus Expresso São José, no município de Balneário Pinhal não está aceitando a Carteira de Identidade como comprovante de idade para acesso gratuito ao transporte público.

PI 00917.00023/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Três Passos, por Dinamácia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, apurar busca de elementos de informação para formação de convicção ministerial sobre a existência de fato possível de providências acerca de possível dano potencial à saúde pública noticiado. Investigado: Valmi Borth da Silveira

IC 00928.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Vera Cruz, por Christine Mendes Ribeiro Grehs, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar o atendimento a crianças e adolescentes portadores de necessidades.

IC 00931.00071/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Tatiana Alster, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possível ocorrência de prática sexual e maus tratos nas instalações do SRT Residencial Esperança, com a participação dos internos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de novembro de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador,

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 39/2014 – CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) Inquérito Civil nº 01202.00113/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 3º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da má conservação do passeio público, localizada na Rua Vila Lobos, nº 170, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre e Proprietário da Obra, na cidade de Porto Alegre.

2) Inquérito Civil nº 01202.00120 /2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual obra irregular e eventual ausência de Alvara de Localização e Funcionamento da empresa denominada Comercial de Carnes Armelin, sita à Rua Gonçalves Dias, 218 e 223, bairro Menino Deus, nesta Capital, tendo como investigado Comercial de Carnes Armelin LTDA., na cidade de Porto Alegre.

3) Inquérito Civil nº 00928.00021/2014 instaurado na Promo-



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

toria de Justiça de Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira Promotora de Justiça, com a finalidade apurar a situação dos prédios públicos quanto à estrutura de prevenção e combate a incêndios no Município de Vale do Sol-RS, tendo como investigado o Município de Vale do Sol, na cidade de Vera Cruz.

4) Inquérito Civil nº 00949.00235/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa por Marcelo Araujo Simões 3º Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais problemas ocasionados pela falta de escoamento pluvial adequado nos arredores da Escola Estadual de Ensino Médio de Xangri-lá/RS, tendo como investigado o Município de Xangri-lá no Município de Capão da Canoa.

5) Inquérito Civil nº 00820.00269/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne 4º Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar Serviço público - trânsito - estacionamento - vagas oficiais - ausência de previsão legal, tendo como investigado Município de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo.

6) Inquérito Civil nº 00772.00028 /2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior Promotor de Justiça com a finalidade de investigar possível situação de risco de moradores junto ao leito do Arroio Ruaro, tendo como investigada Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno, na cidade de Faxinal do Soturno.

7) Inquérito Civil nº 00935.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada por Rochelle Danusa Jelinek Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar ausência de PPCL, bem como poluição sonora causada pelos ruídos emitidos pelo estabelecimento Planet Hall, localizado na Rua Oscar Schick, 120, tendo como investigado o estabelecimento Planet Hall, na cidade de Alvorada.

8) PI nº 00814.00089/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo por Sandro de Souza Ferreira 1º Promotor de Justiça, com a finalidade possíveis irregularidade quanto ao PPCL do Ginásio Municipal Alberto Mossmann, pertencente ao Município de Novo Hamburgo localizado na Rua Araxá, 505, na cidade de Novo Hamburgo.

9) Inquérito Civil nº 00796.00009/2012 instaurado na Promotoria de Justiça Irai por Bianca D'Alessandro Kosciuk Promotora de Justiça, com a finalidade de acompanhar a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Lei 11.445/2007, Lei Federal do Saneamento Básico, Decreto 8.211/2014: Prazo do Município, até dezembro, no Município de Irai.

10) Inquérito Civil nº 00748.00263/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça, com a finalidade averiguar Loteamento irregular em área rural com fraude à lei sob a forma de clube, associação ou sociedade Local: Lote Rural 47, Travessão Solferino, 5ª Léguas, na cidade de Caxias do Sul.

11) Inquérito Civil nº 01175.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro por Thomás Henrique de Paola Colletto Promotor de Justiça, com a finalidade Adotar medidas tendentes à regularização de parcela-

mento de solo urbano clandestino, localizado em um beco, que dá acesso à Rua Campos Neto, próxima à empresa Marsul, tendo como investigados a sucessão de Aldacy Paimel Dias da Silva, Eliane Gonçalves Pereira (CPF 701.209.190-87) e Município de Montenegro (CNPJ: 90895905000160), Rua João Pessoa, 1363, Centro, Montenegro/RS); Ereni Martins de Azevedo, RG: 2062003112, CPF: 885.343.160-15, Rua Carlos Petry, nº 449, Bairro São Paulo, na cidade de Montenegro.

12) Inquérito Civil nº 00856.00030/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Rosário do Sul por Bruno Amorim Carpes 2º Promotor de Justiça, com a finalidade apurar possível omissão do poder público municipal quanto a fiscalização de estabelecimentos comerciais, no tocante a observância da legislação urbanística pertinente, tendo como investigado o Município de Rosário do Sul, na cidade de Rosário do Sul.

13) Inquérito Civil nº 00748.00090/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar Loteamento irregular em área rural com fraude à lei sob a forma de clube, associação ou sociedade Local: Lote Rural 47, Travessão Solferino, 5ª Léguas, na cidade de Caxias do Sul.

14) Inquérito Civil nº 01202.00115/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do extravasamento de esgoto na rede pluvial localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, em torno do n.º 201, Bairro Jardim Carvalho, nesta Capital, tendo como investigado o Departamento de Esgotos Pluviais - DEP, na cidade de Porto Alegre.

15) Inquérito Civil nº 01202.00157/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidade decorrente do gotejamento do ar condicionado sobre o passeio público oriundo do Hospital de Pronto Socorro (HPS) localizado no Largo Teodoro Herzl, s/n.º, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre.

16) Inquérito Civil nº 01202.00156/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Heriberto Roos Maciel 2º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de irregularidade decorrente do gotejamento do ar condicionado sobre o passeio público oriundo do prédio localizado na Rua Santa Terezinha n.º 70, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio localizado na Rua Santa Terezinha n.º 70, nesta Capital e o Município de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre.

17) Inquérito Civil nº 01202.00124/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística por Luciano de Faria Brasil 1º Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de invasão da área localizada na Av. Germano Schmarzek, nº 1002, Bairro Protásio Alves, nesta Capital, tendo como investigado Paulo Rene Soares da Silva, na cidade de Porto Alegre.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1553

18) Inquérito Civil nº 00864.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria por Maurício Trevisan 2º Promotor de justiça, com a finalidade de investigar possível parcelamento de solo urbano em situação irregular, nas proximidades da Rua Helmuth Rohde, Bairro Passo D'Areia, em Santa Maria, decorrente de invasão de área sem edificações ali existente, tendo como investigados o Município de Santa Maria e Proprietário do Imóvel, na cidade de Santa Maria.

19) Inquérito Civil nº 00899.00019/2014 Retifica o PR 00899.00019/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Sepé por Roberto Carmai Duarte Alvim Junior - Designação Excepcional, com a finalidade de verificar a situação de risco dos funcionários e usuários do Centro de Especialidades Odontológicas do Município de São Sepé, em decorrência de irregularidades estruturais existentes no prédio, em especial ao tange às instalações elétricas do imóvel, tendo como investigado o Município de São Sepé, na cidade de São Sepé.

20) Inquérito Civil nº 00853.00053/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo 1º Promotor de Justiça, tendo como investigado o Boteço da Polar, na cidade de Rio Grande.

21) Inquérito Civil nº 00853.00052/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo 1º Promotor de Justiça, tendo como investigada a Boate Star Club, na cidade de Rio Grande.

22) Inquérito Civil nº 01135.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul por Simone Martini Promotora de Justiça, com a finalidade de verificar a regularidade estrutural e administrativa da E.E.E.M. Dante Grossi, tendo como investigados a Escola Estadual de Ensino Médio Dante Grossi e 16ª Coordenadoria Regional de Educação, na cidade de Garibaldi.

23) Inquérito Civil nº 00852.00091/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre da Silva Zachia Alan 1º Promotor de Justiça com a finalidade de Apurar possível ilegalidade nos procedimentos levados a efeito pelo Município para a abertura da casa noturna chamada "Fabrik", bem assim a apurar a notícia de intervenção ilegal de servidora pública chamada Darlene, chefe do Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, tendo como investigados Fabrik e Município de Rio Grande, na cidade de Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de Novembro de 2014.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO Nº 014/2014-CGMP

A Corregedoria-Geral do Ministério Público comunica a retificação abaixo no cronograma de correições ordinárias para novembro de 2014:

Novembro		
Dia	Promotoria de Justiça	
19 a 21	Caxias do Sul	PJ Cível (2º e 3º cargos)

Porto Alegre, 12 de novembro de 2014.

RUBEN GIUGNO ABRUZZI,

Corregedor-Geral do Ministério Público.